

X COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

EIXO TEMÁTICO C - AS CIDADES IBÉRICAS ENTRE O MARKETING E O BEM- ESTAR



PAISAGEM E CENÁRIOS URBANOS PARA A QUALIDADE DE VIDA

Edgar Joaquim Pita do Nascimento - Geógrafo

Sandra Cristina Resende Conde - Geógrafa

Évora, 2005

DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO PLANEAMENTO...

A revolução do Neolítico surge como um marco fundamental na história da humanidade, quando à aproximadamente 8000 anos atrás, os nossos longínquos antepassados começaram a renunciar à vida errante das tribos de caçadores-predadores, passando através da sua acção a transformar o espaço. Segundo SMAILES (1953), não foi um mero acidente que na história da humanidade a invenção da escrita e o surgir das cidades e da vida urbana tenham sido aspectos gémeos que datam do século IV A.C.. As cidades foram assim o repositório de tradições culturais, o ponto de contacto entre culturas e igualmente fonte de inspiração.

Quando em 1516 Thomas MORE publicou a sua obra *Optimo Reipublicae*, mais conhecida por *A Utopia*, introduziu um termo e deu início àquilo que podemos chamar de “origens” do planeamento. MORE, formulou os fundamentos de uma cidade perfeita, onde a felicidade é possível através de um modelo de sociedade urbana planificada. Desde então, as utopias urbanas têm surgido um pouco por todo o lado.

Para SIMÕES (2002), o espaço precede, enquanto o território sucede. Sendo este último, resultado da construção humana com formas mais ou menos descontínuas e de forma gradual ou com rupturas mais evidentes ao longo dos tempos. Esta situação verifica-se tanto a nível mundial como a nível nacional entre as diferentes regiões e territórios e dentro destes, entre cidades. A importância que as cidades e as aglomerações urbanas assumem actualmente na organização do espaço confere-lhes um papel intimamente ligado à vida quotidiana das populações que nelas residem, trabalham ou apenas visitam. Desta forma, a questão da qualidade de vida urbana e da reabilitação e requalificação urbana seja no seu edificado seja na sua paisagem assume uma maior importância, bem como a sua discussão pública.

Através deste trabalho propõe-se uma reflexão acerca de algumas políticas de reabilitação e requalificação urbana e valorização ambiental essencialmente no que respeita ao espaço público. Neste âmbito, foi decidido dar maior ênfase ao Programa Polis, por ter sido aquele que tanto, em termos geográficos e financeiros se assume como a “grande” intervenção. O Polis veio colmatar lacunas e erros do passado no que toca à integração de espaços “esquecidos” dentro da urbe e ao mesmo tempo, valorizar e requalificar espaços que por várias razões estavam degradados ou constituíam problemas por resolver. O Programa Polis serviu de trampolim a muitas das nossas cidades de média dimensão, através do Marketing, alcançaram uma maior notoriedade permitindo-lhes incrementar a sua actividade turística e económica, uma vez que neste momento oferecem paisagens e cenários urbanos com uma qualidade de vida bastante assinalável, dando lugar a outras utopias no futuro.

AS ORIGENS DO PROGRAMA POLIS

Nas últimas décadas, Portugal passou por profundas transformações na ocupação do seu território, sendo estas, o reflexo das transformações e mudanças ocorridas na estrutura económica e social (fluxos migratórios) no pós 25 de Abril, que levaram à reconfiguração das nossas cidades.

Os principais problemas das cidades portuguesas já foram alvo de diagnóstico. Segundo FÉLIX RIBEIRO (1999), esses problemas podem ser sintetizados por um esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que muitas vezes passam por processos de terciarização, de desertificação, de abandono e degradação; pela degradação de património edificado em vastas zonas do núcleo urbano; pelo crescente congestionamento do trânsito, associado ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego; pela degradação acelerada da paisagem urbana, destacando-se a escassez de espaços verdes e espaços públicos; pela intensificação das extensões suburbanas realizadas de forma caótica desprovidas de infra-estruturas técnicas e sociais (Diário da República – I série - B, nº 112, 2000).

Os problemas urbanos em Portugal têm de ser resolvidos numa dimensão estratégica, de modo a redefinir o papel da cidade numa nova organização do território. O ambiente e o ordenamento são conceitos indissociáveis, pelo que muitas cidades em questões estratégicas e de competitividade procuram melhorar a qualidade do ambiente urbano como elemento fundamental de sustentabilidade da cidade para o futuro. A cidade para sobreviver tem de proceder a acções de requalificação e revitalização, de forma a valorizar a sua própria identidade, uma vez que é aí que reside a diferenciação e a atractividade. O “motor de desenvolvimento” só é desempenhado por cidades que tenham um ambiente urbano de qualidade e um certo nível de atractividade, condição “sine qua non” num processo de desenvolvimento regional. Neste sentido, é fundamental o papel de um Programa/política para a requalificação urbana e a valorização ambiental nas nossas cidades, bem como para o desenvolvimento e ordenamento do território nacional.

O Programa Polis surge no seguimento de vários estudos, “comunitários e nacionais, reflexivos e/ou programáticos, sobre a qualidade de vida urbana, o ambiente nas cidades e a importância do sistema urbano nas dinâmicas territoriais, económicas e sociais” (SIMÕES, 2002). A nível europeu as referências essenciais foram o Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (CE, 1990), o relatório Cidades Europeias Sustentáveis (CE, 1996), o EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (CE, 1997) e o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (CE, 1999).

Em Portugal, a requalificação urbana e a valorização ambiental de cidades tem vindo a obter uma notoriedade crescente desde a intervenção na Expo’ 98, contribuindo

para uma maior divulgação da generalidade das intervenções, ainda que a outra escala. Além do Polis, outros programas/instrumentos têm vindo a ser implementados, sob iniciativa nacional e também no âmbito de iniciativas comunitárias. Das várias iniciativas da administração pública importa referenciar o apoio à recuperação de edifícios degradados, onde se destaca o Programa RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Degradados (criado em 1988), e complementarmente, os programas REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas e o RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, surgidos em 1996. Há ainda a mencionar o apoio a intervenções em áreas degradadas, concretamente o chamado Processo de Reconversão de AUGI – Áreas Urbanas de Génesis Ilegal) e o programa PER – Plano Especial de Realojamento.

No âmbito de iniciativas comunitárias da U.E., Portugal tem sido apoiado através do Programa de Iniciativa Comunitária – URBAN, criado em 1994, com o objectivo de apoiar a revitalização económica e social das cidades e subúrbios em crise, a fim de promover um desenvolvimento urbano qualificado e sustentável, apoiando em termos sociais o mercado de trabalho, combatendo a exclusão social.

Abordando a questão de forma cronológica, o primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) referente a 1989-1993 (MPAT, 1988), ainda não abordava a questão da requalificação urbana e a valorização ambiental, estando mais vocacionado para a execução de inúmeras infra-estruturas, essencialmente saneamento básico, acessibilidades, que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Em 1992 foi elaborado um plano de intervenção em «Ambiente Urbano» produzido no âmbito do segundo QCA (MARN 1992), o qual nunca foi concretizado, pois por questões de orgânica governamental, o Ambiente estava desagregado do Ordenamento do Território. Este plano previa medidas em cinco áreas, nomeadamente, qualidade do ambiente nas áreas metropolitanas, espaços públicos em zonas urbanas degradadas, valorização ambiental dos equipamentos escolares, educação ambiental e mobilização dos cidadãos, I&D e serviços de apoio à gestão urbana. Em 1994 foi criado o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), que vigorou até 1999. Este programa tinha como finalidade a valorização das cidades médias e a valorização dos centros urbanos da rede complementar. A elaboração deste plano levou as cidades a reflectir estrategicamente (elaboração dos Planos Estratégicos) sobre o seu papel e desenvolvimento no contexto regional e nacional. Este plano foi contudo, limitado pelas questões de financiamento.

O segundo PDR 1994-1999, proporcionou um progresso significativo para a área do ambiente. O eixo 3 deste plano consistiu em promover a qualidade de vida e a coesão

social, originando pela primeira vez uma intervenção destinada ao Ambiente e Revitalização Urbana, onde estão integradas acções de melhoria da qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas ou reabilitação de zonas degradadas. Em 1995, surge o Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA) que vem propor uma Política Nacional de Ambiente Urbano. Neste plano recomendam-se quatro áreas de procedimento, nomeadamente “Promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas”, “Informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos”, “Valorização ambiental dos equipamentos escolares” e “Monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infra-estruturas ambientais”.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) trouxe uma valorização da reflexão acerca do papel das cidades no processo de desenvolvimento em Portugal e na "protecção e valorização ambiental do território", cuja “visão” fundamental era a de que *"os sistemas urbanos territoriais devem ser assumidos como o elemento estratégico do desenvolvimento, enquanto forma de organizar a concentração, de promover economias de aglomeração, de consolidar factores (avançados) de competitividade e de mobilizar os espaços de influência das cidades"*. Este plano propõe intervenções na melhoria da qualidade do ambiente urbano, incidindo em sectores como o urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde e telecomunicações, que exige participações públicas e privadas.

O terceiro PDR (2000–06), criou condições para executar um programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades, uma vez que esta problemática estava inserida num mesmo ministério. Algumas das suas orientações estratégicas, são as seguintes: criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas; reconstrução e requalificação urbanas, bem como qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de factores geradores de novas identidades; reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado urbano equilibrado em termos nacionais, assente na rede das cidades de média dimensão, que assegure qualidade de vida e condições ambientais. A importância de realizar uma política com vista a requalificar as cidades, aumentar a sua competitividade, reforçando o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes é um objectivo a atingir.

O estudo sobre o Sistema Urbano Nacional, realizado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1997), recomenda que *"é preciso passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território"*. Este é o principal objectivo do Programa Polis, agora em execução (Diário da República – I série - B, nº 112, 2000).

POLIS – PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Programa Polis criado através da Resolução do Conselho de Ministros nº. 26/2000 de 14 de Maio, tem como objectivo principal requalificar as cidades portuguesas de modo, a melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções urbanísticas e ambientais, com base em parcerias entre o Estado (60%) e as Câmaras Municipais (40%), “melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional” (SIMÕES, 2002).

Os objectivos específicos são: a) Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental; b) Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem; c) Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa; d) Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

O Programa é constituído por quatro componentes e suas linhas de intervenção, tais como: Componente 1 – Operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental; Componente 2 – Intervenções em cidades com áreas classificadas como património mundial; Componente 3 – Valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento; Componente 4 – Medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades. De entre todas estas, a componente 1 é a de maior relevância pública, correspondendo a intervenções mais profundas e abrangentes. As intervenções desta componente envolvem elevados investimentos, pretendendo-se que toda a população seja mobilizada na sua consecução. É de reforçar ainda, que a maior parte das cidades abrangidas pelo Programa Polis se insere nesta componente.

O Programa Polis não irá resolver todas as questões que se colocam em termos de estruturação do sistema urbano nacional e de desenvolvimento sustentável, no entanto, todas as intervenções irão contribuir para requalificar algumas áreas urbanas e valorizar o ambiente das nossas cidades, funcionando estas como base a futuras intervenções urbanas. As intervenções do Programa Polis irão ter um grande impacto no território, em termos paisagísticos, uma vez que todas as obras de requalificação urbana e ambiental deixarão marcas, que melhorarão a imagem/paisagem da cidade, sendo um factor relevante para a sua atractividade e competitividade. Neste trabalho, de entre as várias intervenções do Programa, escolhemos como alvo de estudo as intervenções Polis nas cidades de Bragança, Chaves e Viana do Castelo.

O PROGRAMA POLIS DE BRAGANÇA

A intervenção do Programa Polis na Cidade de Bragança abrange uma área de aproximadamente 45 hectares, compreendendo as margens do Rio Fervença e a zona histórica da cidade. As intervenções previstas no Programa já foram concluídas e consideramos, que os objectivos propostos de requalificação urbana e a valorização ambiental desta zona da cidade, com realce no património histórico, arqueológico e natural, foram conseguidos. As áreas de intervenção na cidade de Bragança foram:



Fig. 1 - Ortofotomapa da área de intervenção
Fonte: BragançaPolis, S.A.

• Margens do Rio Fervença

A intervenção nas margens do rio Fervença passou pela criação de um Corredor Verde, ou seja, a construção de um passeio pedonal ao longo da margem direita do rio, recuperação dos caminhos e fontes existentes e também na construção de alguns pontos de atravessamento, zonas verdes, zonas de estadia, de recreio e lazer ao longo do



Fig. 2 - Foto aérea de parte da área de intervenção
Fonte: BragançaPolis, S.A.

rio, concretizando-se um contínuo verde pedonal. Pretendeu-se conciliar a utilização urbana com o respeito pela sensibilidade ecológica da paisagem e a valorização ambiental da envolvente do rio. Aproveitou-se para ligar todos os esgotos que ainda terminavam directamente no rio para liga-los ao colectador geral. Foi recuperada e pavimentada a ligação entre a ponte de Além do Rio e a capela do Senhor da Piedade, e onde foram tratadas paisagisticamente as encostas que ladeiam o rio, predominantemente na margem esquerda.



Figuras 3 e 4 - Encosta da capela do Senhor da Piedade (antes e depois da intervenção Polis)
Fonte: BragançaPolis, S.A

• Centro Histórico

A revitalização do Centro Histórico passou pela melhoria da qualidade dos espaços públicos e das infra-estruturas, nomeadamente água, esgotos, pluviais, electricidade, telecomunicações, gás e televisão.

A requalificação do espaço público passou por intervenções de valorização do Centro Histórico através da construção de um parque de estacionamento subterrâneo no antigo mercado com capacidade para aproximadamente 200 lugares e ainda, à superfície foi construída uma praça pedonal ampla e polivalente, onde os elementos decorativos são os efeitos de água, onde é possível usufruir da animação da praça. Foram mantidas as fachadas dos edifícios existentes, no topo da actual praça (Praça Camões), como elementos de valorização do espaço. Esta praça veio colmatar a ausência de espaço público na zona histórica, com a constituição de zonas de restauração e comércio.



Fig. 5 – Antigo Mercado Municipal
Fonte: BragançaPolis, S.A. e autores



Fig. 6 - Praça Camões (depois da intervenção Polis)

Criou-se um parque de estacionamento a nascente da Cidadela, que foi integrado na paisagem existente e complementado com um parque de merendas, pretendeu-se assim, evitar o estacionamento automóvel no interior da Cidadela e consequentemente reduzir o trânsito automóvel. Na envolvente deste último parque, a encosta do Castelo, foi requalificada e valorizada a zona verde natural, através da sua

reflorestação, da criação de percursos pedonais e de uma ciclovia, da iluminação cénica do Castelo e o arranjo paisagístico envolvente à ETAR.

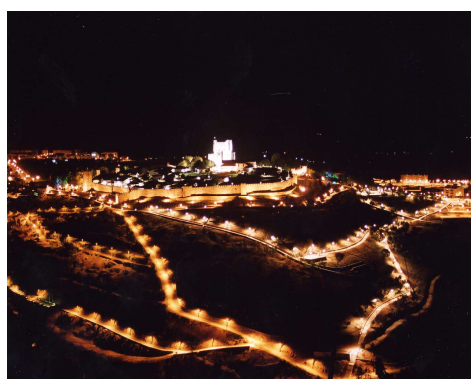


Fig. 7 - Encosta do Castelo (intervenção Polis)
Fonte: Autores e BragançaPolis, S.A.

Fig. 8 – Iluminação cénica da encosta do Castelo

Houve igualmente, a requalificação e valorização do espaço público, a nível do espaço de circulação na zona histórica, onde foi alterado o pavimento das ruas e dos passeios e foram colocados obstáculos, de forma a impedir o estacionamento em certas áreas. Para além da intervenção mais profunda no espaço público, verificou-se um conjunto de arruamentos com circulação condicionada, a requalificação do mobiliário urbano, sinalética e arte urbana.



Figuras 9, 10 e 11 - Da esquerda para a direita: Rua dos Batocos (antes); Rua dos Batocos (depois) e Rua Honório Anibal (depois da intervenção)
Fonte: BragançaPolis, S.A. e autores

• Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental

Foi construído um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental que pretende desenvolver acções de sensibilização ambiental e proporcionará o acompanhamento contínuo dos diversos indicadores ambientais.

• Outras acções

Refere-se a recuperação da antiga Central Hidroeléctrica, a reactivação do Forno do Pão, a revitalização da zona onde outrora desenvolveu-se a indústria da seda, abrangendo a recuperação de um edifício onde se instalou um centro evocativo, "Casa da Seda" e outros edifícios destinados a Oficinas de actividades diversas (artesaniais e culturais).

O PROGRAMA POLIS DE CHAVES

O Projecto Programa Polis para a cidade de Chaves, abrange uma área de aproximadamente 351 hectares, apostando fortemente em obras potenciadoras de uma verdadeira operação de requalificação urbanística e valorização ambiental desta milenária urbe.

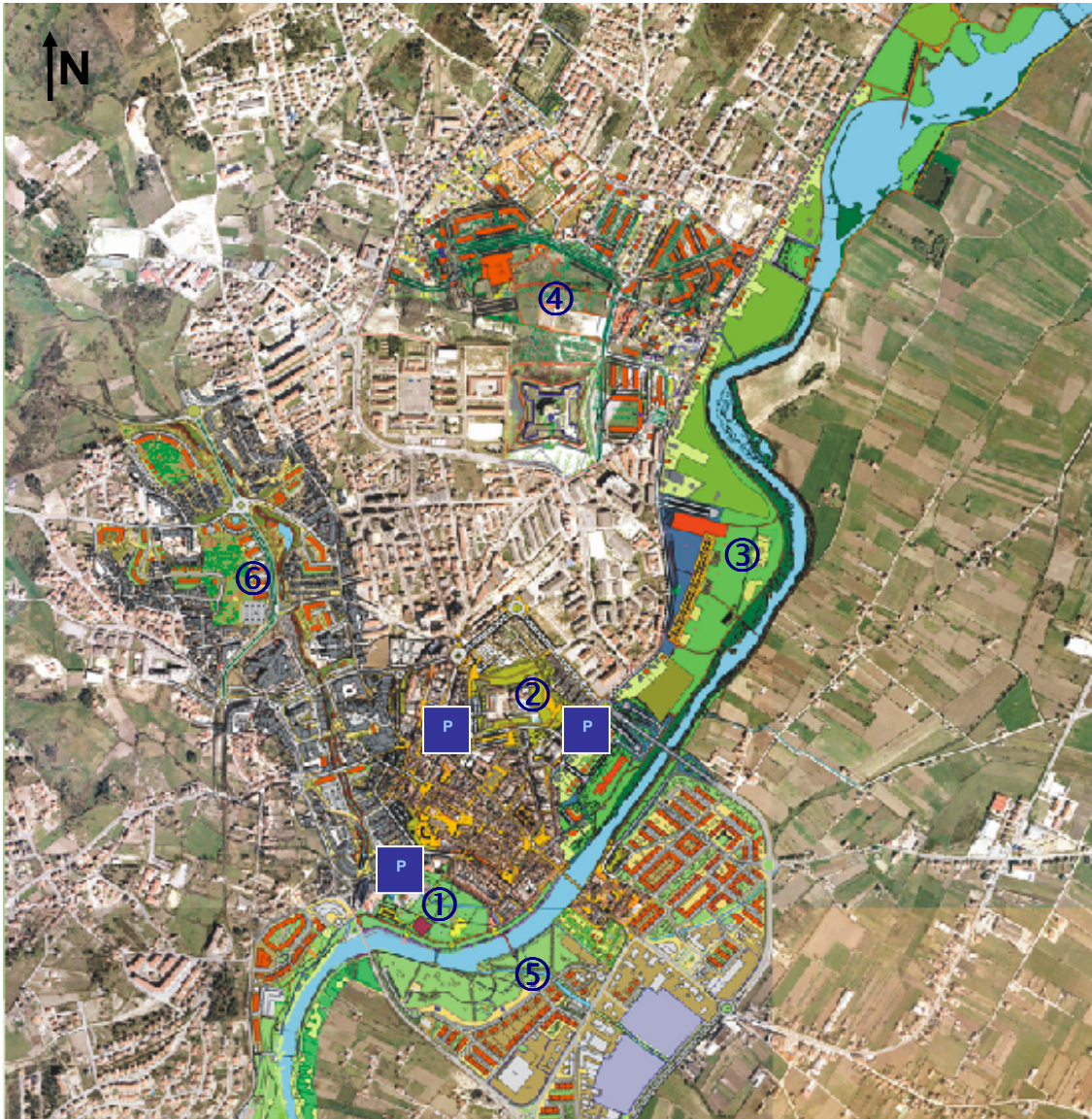


Fig. 12 - Ortofotomapa da área de intervenção
Fonte: Adaptado de ChavesPolis, S.A.

Legenda:

- ① - Remodelação urbanística e tecnológica da área termal
- ② - Arranjo urbanístico da envolvente do Forte de S. Francisco
- ③ - Futuro Parque Urbano da Galinheira (piscinas, campos de jogos, ciclovias, áreas de lazer, etc.)
- ④ - Arranjo urbanístico do Forte de S. Neutel e futuro Parque Multiusos de Santa Cruz
- ⑤ - Reabilitação dos ecossistemas da Ribeira do Caneiro e margem esquerda do rio Tâmega
- ⑥ - Reabilitação dos ecossistemas da Ribeira de Rivelas
- - Áreas verdes urbanas a criar através do Programa Polis
- P - Parques de estacionamento

As obras mais significativas a realizar no âmbito dos cinco principais desígnios estratégicos da Intervenção Polis em Chaves, caracterizam-se sumariamente nos seguintes moldes:

- **Incremento de Áreas Verdes Urbanas**

Neste contexto prevê-se a transformação em espaço público de ambas áreas marginais ao Rio Tâmega, actualmente na posse de privados (zona da Madalena, Longras, Galinheira), de forma a criar-se um Corredor Pedonal contínuo ao longo das citadas margens (Fig. 12), dotado com áreas de descanso, recreio, lazer e recintos descobertos para a prática de actividades lúdicas e desportivas. Neste âmbito, destaca-se pela sua dimensão e multifuncionalidade o Parque Urbano a criar na zona da Galinheira. No total, as áreas verdes qualificadas rondarão os 43 hectares.

- **Recuperação e Valorização de Estruturas Ecológicas**

Este objectivo alcançar-se-á através da reabilitação dos ecossistemas constituídos por duas linhas de água que atravessam a malha urbana, nomeadamente as Ribeiras de Rivelas e do Caneiro, mediante a constituição ao longo das suas margens, de faixas com larguras médias de 10,00 m, para usufruição pública em moldes pedonais e cicláveis, revalorizando uma área que até a data, tem estado em abandono.

- **Corredores Pedonais**

A área para circulação pedonal e de bicicleta estender-se-á pelas duas margens do rio Tâmega com uma extensão aproximada de 6,4 km (entre o açude dos Agapitos e o açude da estação de tratamento de água de Santa Cruz). São ainda de destacar, as construções de uma ponte pedonal sobre o Rio Tâmega a interligar o Jardim do Tabolado e o Jardim Público, de uma passagem superior para peões na Avenida 5 de Outubro.



Figura 13: Projecto visual da futura ponte pedonal sobre o rio Tâmega
Fonte: ChavesPolis, S.A.

Esta ponte vai permitir a continuidade pedonal entre áreas de lazer marginais ao rio Tâmega, fazendo a ligação entre dois jardins tradicionais da cidade. Por outro lado, irá potenciar e valorizar outros projectos para a envolvente do rio, em particular junto da Ponte de Trajano (Ponte Romana), como sejam o Espelho de Água já criado com a barragem das Poldras (e mais a jusante com a Barragem dos Agapitos), e os novos projectos de infra-estruturas, espaços públicos e espaços verdes do Jardim do Tabolado e Jardim Público, zona verde marginal da Madalena e a requalificação paisagística da Ribeira do Caneiro.

• Reabilitação de Espaços Públicos e de Estruturas Edificadas de Interesse Patrimonial

Para este efeito, proceder-se-á à reabilitação das áreas envolventes de duas Fortificações da Restauração e monumentos nacionais - Fortes de S. Francisco e de S. Neutel, através de acções de cariz eminentemente paisagístico, que propiciem a sua adequada integração na estrutura urbanística da cidade. Na envolvente do Forte de S. Francisco (actualmente pousada histórica, classificada como hotel de quatro estrelas), para além do arranjo paisagístico através de jardins, passeios pedonais, mobiliário urbano e iluminação pública e cénica (fig. 15 e 16), foi também construído um novo parque de estacionamento (fig. 17).



Figuras 14, 15, 16 e 17: Arranjo urbanístico da envolvente do Forte de S. Francisco (obra já concluída)
Fonte: ChavesPolis, S.A.

Prevê-se igualmente a requalificação urbanística e paisagística dos Jardins do Tabolado e Público (nomeadamente através de uma ponte pedonal em estilo moderno que ligará os dois jardins), constituindo-se ambos como as áreas públicas de enquadramento mais imediatas do Complexo Termal das Caldas de Chaves, são hoje em dia os dois espaços verdes organizados com maior utilização por parte da

colectividade. O Complexo termal foi alvo de uma intervenção urbanística profunda (fig. 18), procedendo-se a obras de reabilitação e modernização, bem como à sua envolvente paisagística (obra em fase de conclusão).



Figura 18: Remodelação urbanística e tecnológica da área termal de Chaves (em fase de conclusão)
Fonte: ChavesPolis, S.A.

Por último, há ainda a relevar a aposta na requalificação arquitectónica e funcional (pedonalização) da Ponte Romana e reposição das suas guardas em granito. Estas obras levadas a cabo no âmbito do Programa Polis, inserem-se igualmente, numa política de requalificação do centro histórico da cidade de Chaves levada a cabo pela autarquia.

• **Reforço da Urbanidade da Cidade**

A concretização deste desiderato espelhar-se-á na ambiciosa e ansiada construção do Parque Multiusos de Santa Cruz, com uma área total de 65.000 m², e que constituirá um espaço devidamente infraestruturado e equipado para apoio ao tecido económico local (feiras, exposições e outros eventos). Salientam-se ainda os projectos do Complexo de Piscinas Municipais Cobertas e piscina olímpica descoberta localizado no futuro Parque Urbano da Galinheira com fornecimento de energia geotérmica para aquecimento da água, serão integradas no Complexo Lúdico da Água Quente.

• **Outras acções**

É de referir igualmente que se prevê a construção de um Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (margem direita do rio Tâmega, a sul da Ponte Eng.º Barbosa Carmona), e um parque de estacionamento subterrâneo no Largo da Lapa (Junto ao Forte de S. Francisco), com capacidade para 200 a 400 lugares, que acompanhado de outras obras a decorrer no centro histórico, mas não abrangidas pelo programa Polis irão contribuir para uma melhor gestão do tráfego automóvel na cidade. Estas obras, passam pela requalificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano, sinalética e equipamentos urbanos.

O PROGRAMA POLIS DE VIANA DO CASTELO

O Programa Polis de Viana do Castelo foi o primeiro a surgir, e de algum modo, é um programa bastante ambicioso, uma vez que abrange uma vasta área (157 hectares) e compreende a frente ribeirinha a montante e a jusante da Ponte Eiffel, o Campo da Agonia e o Centro Histórico da cidade. A intervenção do Programa Polis em Viana do Castelo tem como finalidade, ligar os três ecossistemas naturais (o rio, o mar e a montanha) à cidade, compreendida como o ecossistema do homem, uma vez que constituem uma mais valia para a população de Viana do Castelo.



Fig. 19 – Ortofotomapa da área de intervenção
Fonte: Adaptado de VianaPolis, S.A.

A área de maior expressão da intervenção situa-se a jusante da Ponte Eiffel e compreende a requalificação do espaço público da Frente Ribeirinha, com duas incursões no Centro Histórico (Zona do Mercado e Campo da Agonia) e a valorização do próprio Centro Histórico. Está prevista a promoção de acções de reabilitação/construção do património edificado, aproveitando as sinergias criadas pela intervenção de requalificação urbana e que contarão com investimentos de outras entidades. As intervenções previstas no Programa Polis encontram-se ainda em curso.

Seguidamente, serão apresentadas as áreas intervencionadas:

• Centro Histórico

A intervenção nesta área aspira regulamentar os parâmetros urbanísticos, de forma a assegurar a preservação do património histórico e cultural, apostando na renovação da estrutura comercial e dos espaços culturais. O Centro Histórico beneficiará do reordenamento da circulação viária na cidade, onde serão criados arruamentos de sentido único e faixas Bus, etc.. Será solidificada e ampliada a rede de

circuitos pedonais em todo o Centro Histórico, livrando assim, os espaços de maior valor patrimonial do trânsito automóvel. Alguns arruamentos estão a ser repavimentados pela autarquia e outros pelo Programa Polis. Pretende-se complementar o anel rodoviário do Centro Histórico da cidade como eixo estruturante interno de circulação automóvel e de transportes urbanos, bem como o acesso aos parques de estacionamento. Serão construídos cinco parques de estacionamento subterrâneos, nomeadamente, no Campo da Agonia, no Mercado, na Av. dos Combatentes, na Praça da Liberdade e nos Paços do Concelho, com capacidade para 2.600 automóveis. De forma a dissuadir o uso do automóvel dentro do centro histórico, será criado um serviço de mini-autocarros ecológicos que assumirá o transporte urbano. Todas estas intervenções pretendem devolver o Centro Histórico aos peões.

Na zona do mercado pretende-se requalificar um espaço sem enquadramento urbanístico. No espaço do antigo mercado foi construído um parque de estacionamento e um espaço público qualificado com infraestruturas em torno da Capela das Almas. Pretende-se demolir o “Edifício Jardim” (mais conhecido por prédio Coutinho) com 13 andares, que constitui uma violenta intrusão visual no Centro Histórico, para se construir o novo mercado da cidade. Para a execução deste projecto a Viana Polis aguarda o parecer das autoridades competentes para avançar.



Fig. 20 – Antigo mercado e edifício Coutinho

Fonte: VianaPolis, S.A.



Fig. 21 – Projecto do novo mercado

Fonte: VianaPolis. S.A.



Fig. 22 – Parque de estacionamento

Fonte: Autores

• Campo da Agonia e Frente Ribeirinha

A Frente Ribeirinha beneficiará de um projecto de reabilitação e recuperação que abrange o aterro conquistado ao rio Lima onde estavam localizadas as instalações portuárias e um parque de estacionamento irregular. A requalificação pretende equilibrar a utilização quotidiana destes espaços e apostar em novas estruturas que fomentem a atracção de públicos diferenciados. Ao longo da Frente Ribeirinha existem algumas dissonâncias, como os barracões e armazéns do antigo porto, e outros pequenos edifícios em que a intervenção passará pela sua demolição, e pela

requalificação da Praça da Liberdade, da marina e construção de alguns edifícios destinados à habitação.

Outros projectos e obras, embora não incluídos directamente no Programa Polis mas relacionados, por ficarem localizados na zona de intervenção, são objecto de uma coordenação/gestão integrada. Estão a ser construídos um conjunto de edifícios e equipamentos localizados na Frente Ribeirinha, nomeadamente Edifícios dos Serviços Administrativos, Biblioteca, Pavilhão Multiusos, Museu, Marina Atlântica e Recreio Aquático, Parque de Estacionamento dos Paços do Concelho. A aposta na Frente Ribeirinha cria um novo centro lúdico, cultural e administrativo da cidade.



Fig. 23 – Praça da Liberdade

Fig. 24 – Pavilhão Multiusos, Biblioteca

Fig. 25 – Projecto Campo da Agonia do pós intervenção Polis

Fonte: VianaPolis, S.A.

A requalificação do espaço do Campo da Agonia destina-se a acolher as feiras/mercados semanais (importantes para a população local) e as festas anuais da Nossa Senhora da Agonia. Em toda a área e do parque de estacionamento subterrâneo (Campo da Agonia), estão incluídas a construção de todas as redes enterradas associadas à sua infra-estruturação (águas residuais domésticas e pluviais, água de abastecimento, serviço de incêndios e rega, rede eléctrica, redes de telecomunicações, etc.).

Está prevista a construção no Campo da Agonia, na Frente Ribeirinha e no Centro Histórico de uma ciclovia, que atravessa e interliga os ecossistemas existentes e que servirá de suporte ao circuito interpretativo e informativo dos ecossistemas por onde passa, estando associada a um Centro Interpretativo e Ambiental que em termos pedagógicos possibilita a divulgação de valores ambientais e também a monitorização de diversos indicadores ambientais.

• Parque da Cidade

O Parque da Cidade (com cerca de 52 hectares) compreende uma área de grande potencial para o lazer e o entretenimento, devido à sua localização à beira-rio e à proximidade com o centro da cidade. No Jardim Público, será mantida a estrutura

original, havendo um aumento da área ajardinada e de árvores, será feita a repavimentação, a substituição de mobiliário urbano, da iluminação urbana e a remodelação de todo o sistema de drenagem de águas pluviais. Prevê-se ainda, a concentração de equipamentos lúdico-desportivos, nomeadamente, piscinas, centro de ténis, pousada da juventude, refuncionalização da Praça de Touros e de apoio a desportos náuticos. Está prevista a construção de um Parque Urbano, na área envolvente da “caldeira” de um antigo moinho de maré, restando uma zona degradada que será recuperada, onde nascerá a futura zona de expansão urbana da cidade.



Fig. 26– Parque da Cidade antes da intervenção; **Fig. 27 e 28** – Projecto do Parque da Cidade e da futura urbanização
Fonte: VianaPolis, S.A.

REFLEXÕES FINAIS

Neste trabalho, foi dado destaque ao Programa Polis, uma vez que este instrumento assumiu na política de desenvolvimento e ordenamento territorial e urbanístico uma acção preponderante no nosso país. Sem uma política como o Programa Polis, muito dificilmente as cidades portuguesas fariam obras tão profundas como as que estão a realizar ou que já realizaram. A política do Programa Polis visa fundamentalmente, melhorar a qualidade de vida nas cidades, uma vez que estas deparavam-se com graves problemas de reabilitação urbana e ambiental.

A par de todas estas obras emerge o marketing de cada cidade, de certo modo intensivo, de forma a conseguir atrair investimentos privados, importantíssimos para gerar riqueza, atrair e fixar população. Actualmente, a qualidade de vida é um factor indispensável para a atractividade e competitividade das cidades. Estas por sua vez, têm um papel relevante na estruturação/consolidação do sistema urbano nacional, assente na rede de cidades de média dimensão, estimulando a multifuncionalidade e desenvolvendo condições para novas centralidades. Todas estas intervenções com vista à requalificação urbana e ambiental, pretendem reforçar o papel da cidade na

organização do território e de certo modo, funcionar como “motor” num processo de desenvolvimento sustentado a nível local, regional e nacional.

Relativamente às cidades em estudo, Bragança, Chaves e Viana do Castelo, a importância desta política reveste-se de uma maior capacidade de planeamento e ordenamento territorial em espaços urbanos “esquecidos”, procurando dotá-los de espaços públicos e equipamentos que as colocam num patamar superior no que toca a questões de requalificação urbana e ambiental, essenciais para proporcionar uma boa qualidade de vida à população. No contexto ibérico de competitividade entre cidades, a existência de paisagens e cenários urbanos para a qualidade de vida, assume uma importância fundamental, a qual é acrescida uma vez que as cidades em causa assumem igualmente o papel de cidades de fronteira.

Na persecução do desenvolvimento, verificamos que nem sempre as políticas e ideias são utopias, mas sim coisas bem reais....

EDGAR JOAQUIM PITA DO NASCIMENTO - GEÓGRAFO

SANDRA CRISTINA RESENDE CONDE - GEÓGRAFA

BIBLIOGRAFIA:

- 📖 *Bragança, um olhar sobre a cidade*; Programa Polis; Bragança Polis, S.A.; 2004
- 📖 CARLOS, Ana Fani A., *A Cidade*; Editora Contexto; São Paulo; 1992
- 📖 Diário da República – I série - B, nº 112, 15 de Maio de 2000 – Resolução do Conselho de Ministros, nº 26/2000
- 📖 Plano Estratégico “*Viver Bragança*” – Programa Polis; Ministério do ambiente e do Ordenamento do Território; 2001
- 📖 Plano Estratégico “*Viver Chaves*” – Programa Polis; Ministério do ambiente e do Ordenamento do Território; 2002
- 📖 Plano Estratégico “*Viver Viana do Castelo* “ – Programa Polis; Ministério do ambiente e do Ordenamento do Território; 2000
- 📖 Revista “*Meios & Desafios*” nº. 2 – Outubro de 2002 (distribuída a nível nacional com o jornal Público de 28-10-2002)
- 📖 SMAILES, Arthur; *The Geography of Town's*; Hutchinson's University Library; 1953
- 📖 SIMÕES, José Manuel; in *Gestão Urbana – passado, presente e futuro*; Parque Expo S.A.; Lisboa; 2002

FONTES D@ INTERNET:

- www.mcalhdr.gov.pt
- www.iambiente.pt

FOTOS E MAPAS EM FORMATO DIGITAL:

- Câmara Municipal de Bragança
- Bragança Polis S.A.
- Viana Polis S.A.
- Chaves Polis S.A.